

Leia o Texto para responder às questões de nº 1 a nº 5.

**Dá para crescer depois de adulto?**

Se você é verticalmente prejudicado, não se iluda: depois que a fase natural de crescimento passa, é difícil conseguir resultados significativos, e o único tratamento que funciona é complicado. Durante a puberdade, somos afetados de duas formas pelos hormônios sexuais. Primeiro, eles estimulam a liberação do hormônio do crescimento. É o que gera o famoso estirão. Mais tarde, porém, eles provocam a calcificação das cartilagens de crescimento entre os ossos. Enquanto houver cartilagem, há esperanças. Depois... "Uma vez fechadas, há pouco crescimento adicional", diz a endocrinologista Leila Pedroso de Paul. "Atingimos 97% da nossa altura final aos 13 anos de idade óssea para meninas e aos 16 para meninos." É a vida. *Superinteressante* – junho de 2010

**QUESTÃO 01**

Assinale a opção que contenha a resposta mais adequada ao título do texto.

- a) Não, é impossível crescer mais um pouco depois que nos tornamos adultos.
- b) Não, pois os hormônios são afetados de forma irreversível na fase de crescimento.
- c) Sim, uma vez que haja interrupção na calcificação das cartilagens de crescimentos.
- d) Às vezes a pessoa pode ter um resultado expressivo, desde que se predisponha a um tratamento complicado.

**QUESTÃO 02**

Observe os conectivos sublinhados nas frases abaixo:

- I – "Se você é verticalmente prejudicado"
- II – "depois que a fase natural de crescimento passa"
- III – "Mais tarde, porém, eles provocam a calcificação das cartilagens de crescimento entre os ossos"
- IV – "Enquanto houver cartilagem, há esperanças"

Os conectivos que expressam noção de tempo constam nas opções:

- a) II e IV apenas.
- b) I e III apenas.
- c) I e II apenas.
- d) III e IV apenas.

**QUESTÃO 03**

Observe.

- I – "Enquanto houver cartilagem"
- II – "somos afetados de duas formas pelos hormônios sexuais"
- III – "há esperanças"
- IV – "eles estimulam a liberação do hormônio do crescimento"
- V – "há pouco crescimento adicional"

As frases que possuem a mesma classificação quanto ao tipo de sujeito são:

- a) I, III e IV apenas.
- b) I, III e V apenas.
- c) II, IV e V apenas.
- d) III e IV apenas.

**QUESTÃO 04**

Em "Primeiro, eles estimulam a liberação do hormônio do crescimento." e "Mais tarde, porém, eles provocam a

calcificação das cartilagens de crescimento entre os ossos.", os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, à:

- a) Hormônio de crescimento – estirão.
- b) Hormônios sexuais – hormônios sexuais.
- c) Hormônios sexuais – hormônio de crescimento.
- d) Hormônio de crescimento – hormônio de crescimento.

**QUESTÃO 05**

Assinale a opção em que o par de palavras esteja com o plural correto.

- a) Estirões – naturais.
- b) Calcificações – adicionais.
- c) Liberações – finais.
- d) Estirões – difíceis.

**QUESTÃO 06**

Se uma pessoa resolve economizar R\$ 2,50 por dia, levando em conta que cada mês tenha 30 dias, podemos afirmar que, em 6 meses, ela terá uma quantia de:

- a) R\$ 450,00
- b) R\$ 475,00
- c) R\$ 525,00
- d) R\$ 550,00

**QUESTÃO 07**

Observe a seguinte tabela referente ao consumo mensal de energia elétrica de uma residência:

Aparelho	Consumo Mensal
Geladeira	12,5 kW
Forno Elétrico	14 kW
TV	56 kW
Lâmpada	34 kW

Considerando que cada kW custe R\$ 0,15, podemos afirmar que a conta desta residência ao final de 1 mês será de, aproximadamente:

- a) R\$ 17,47
- b) R\$ 19,20
- c) R\$ 21,40
- d) R\$ 22,00

**QUESTÃO 08**

O salário de Maria é igual a 90% do de João. A diferença entre os salários é de R\$ 500,00. O salário de Maria é de:

- a) R\$ 4.000,00
- b) R\$ 4.500,00
- c) R\$ 4.750,00
- d) R\$ 5.000,00

**QUESTÃO 09**

Um banco cobra sempre  $\frac{1}{10}$  de juros do valor do empréstimo, independente do valor adquirido pelo cliente. Suponhamos que uma pessoa que vai casar faça um empréstimo de R\$ 100.240,00. Então, podemos afirmar que o valor do juro que o cliente terá de pagar ao banco é de:

- a) R\$ 10.024,00

- b) R\$ 10.240,00
- c) R\$ 10.204,00
- d) R\$ 1.024,00

**QUESTÃO 10**

A soma das soluções da equação  $(2x-5).(2x+6).(3x-9)=0$  é:

- a)  $\frac{5}{3}$
- b) -3
- c) 3
- d) -5

**QUESTÃO 11**

Na referida Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente o art. 37. é afirmado que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) é garantido ao servidor público civil o direito à associação sindical imposta
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo;
- c) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

**QUESTÃO 12**

O art. 37, § XXI da Constituição da República Federativa do Brasil salienta que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada:

- a) sem o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.
- b) inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio
- c) sem compartilhar os cadastros, compartilhando apenas as informações fiscais, na forma da lei ou convênio
- d) sem com o compartilhamento de cadastros dos cargos somente do legislativo na forma da lei ou convênio .

**QUESTÃO 13**

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

- a) as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral
- b) as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos e privados
- c) as reclamações relativas à prestação dos serviços privados.

- d) as reclamações relativas apenas à prestação dos serviços terceirizados

**QUESTÃO 14**

No Art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, é afirmado que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma da lei, considerando por tempo de serviço:

- a) sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- b) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher
- c) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher
- d) sessenta anos de idade e trinta de contribuição, se homem, e cinquenta anos de idade e trinta de contribuição, se mulher

**QUESTÃO 15**

Segundo o art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil, são estáveis de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- a) após quatro anos
- b) após três anos
- c) após dois anos
- d) após um ano

**QUESTÃO 16**

No referido Art. 51 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- a) instituir sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- b) fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas
- c) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade
- d) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa

**QUESTÃO 17**

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno, de cada Poder pelo:

- a) Congresso Nacional
- b) presidente da República
- c) Poder Executivo
- d) Órgão administrativo da União

**QUESTÃO 18**

No que condiz a lei 5172/66, toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada é conhecida como:

- a) Cobrança Lícita
- b) Tributo
- c) Verba
- d) Promissória

**QUESTÃO 19**

Segundo a lei 5172/66 somente a União, nos seguintes casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios, EXCETO:

- a) guerra externa, ou sua iminência;
- b) calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis;
- c) quebra financeira de empresa Estatal
- d) conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

**QUESTÃO 20**

Na referida lei 5172/66, é afirmado que tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte é conhecido por:

- a) Taxa
- b) Associação
- c) Imposto
- d) Doação

**QUESTÃO 21**

Segundo o Art. 3º da lei complementar 123/06, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- a) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- b) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- c) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).
- d) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e igual ou superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

**QUESTÃO 22**

Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar 123/06, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do *caput* deste artigo;
  - IV - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
  - V - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- a) I, II, e III apenas estão corretas
  - b) III, IV e V apenas estão corretas
  - c) I, IV e V apenas estão corretas
  - d) I, II, III, IV e V estão corretas

**QUESTÃO 23**

No referido Art. 5º da lei 123/06 é afirmado que os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, no âmbito de suas atribuições, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição.

Parágrafo único. As pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou de sua alteração deverão bastar a que o usuário seja informado pelos órgãos e entidades competentes, exceto:

- a) da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;
- b) de todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;
- c) da possibilidade de uso do nome empresarial de seu interesse.
- d) nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

**QUESTÃO 24**

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições, não excluindo:

- a) Contribuição Social sobre o Lucro bruto – CSLB
- b) Imposto sobre a Importação de Produtos Nacionais
- c) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – IPTR
- d) ICMS pago

**QUESTÃO 25**

Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte:

- a) que tenha sócio domiciliado no Brasil

- b) que preste serviço de leilão
- c) que realize atividade Jurídica
- d) que realize cessão ou locação de mão-de-obra

**QUESTÃO 26**

O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, optante do Simples Nacional, para efeito de determinação da alíquota, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada:

- a) nos 06 meses anteriores ao do período de apuração.
- b) nos 08 meses anteriores ao do período de apuração.
- c) nos 10 meses anteriores ao do período de apuração.
- d) nos 12 meses anteriores ao do período de apuração

**QUESTÃO 27**

O sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o Município ou Distrito Federal, do valor correspondente ao ISS, será definido:

- a) Pelo Comitê Gestor
- b) Pela União
- c) Pela secretaria da Fazenda
- d) Pela Finança Pública

**QUESTÃO 28**

Os Municípios poderão verificar os documentos fiscais que, nos termos da lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias, em operações de que participem produtores, indústrias e comerciantes estabelecidos em seus territórios; apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicar:

- a) A ordem dos Advogados do Brasil
- b) O advento do Banco do Brasil
- c) Repartição Estadual incumbida do cálculo do índice
- d) A agência Nacional de Finanças

**QUESTÃO 29**

O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, quando o imposto será devido no local:

- I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;
  - II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas.
  - III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;
  - IV – da demolição
- a) I e II apenas estão corretas:
  - b) II e III apenas estão corretas
  - c) I e IV apenas estão corretas.
  - d) I, II, III e IV estão corretas

**QUESTÃO 30**

Constitui crime de sonegação fiscal, Exceto:

- a) prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser produzida a agentes das pessoas jurídicas de direito público interno, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos, taxas e quaisquer adicionais devidos por lei;

- b) inserir elementos inexatos ou omitir, rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pelas leis fiscais, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Pública;
- c) alterar faturas e quaisquer documentos relativos menos as operações mercantis com o propósito de não fraudar a Fazenda Pública;
- d) fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Pública, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

**QUESTÃO 31**

Exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário da paga, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida do imposto sobre a renda como incentivo fiscal exige:

- a) Detenção, de três meses a dois anos, e multa de duas a três vezes o valor do tributo.
- b) Detenção, de seis meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo.
- c) Detenção, de nove meses a dois anos, e multa de duas a três vezes o valor do tributo.
- d) Detenção, de doze meses a dois anos, e multa de duas a cinco vezes o valor do tributo

**QUESTÃO 32**

O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo aumentada da:

- a) terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.
- b) quarta parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.
- c) quinta parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.
- d) Sexta parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

**QUESTÃO 33**

A pena aplica-se em dobro, se o crime de contrabando ou descaminho é praticado em:

- a) Transporte fluvial
- b) Transporte rodoviário
- c) Transporte aéreo
- d) Nenhuma das alternativas

**QUESTÃO 34**

As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento criminal cabível ao (a):

- a) Ministério Público
- b) União
- c) Secretaria da Fazenda
- d) Secretaria de Finanças

**QUESTÃO 35**

Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável insere:

- a) reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- b) reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- c) reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.
- d) reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

**QUESTÃO 36**

Constitui crime da mesma natureza, Exceto:

- a) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas.
- b) deixar de recolher, fora do prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social.
- c) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal
- d) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.

**QUESTÃO 37**

Constitui crime contra a ordem econômica:

- a) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.
- b) empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- c) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- d) discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordo de grupo econômico

**QUESTÃO 38**

Constitui crime contra as relações de consumo, exceto:

- a) favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;
- b) vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;
- c) misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os demais alto custo;
- d) vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço inferior ao oficialmente tabelado, ao regime legal de controle

**QUESTÃO 39**

Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo ou por intermédio de outro em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado:

- a) não alcança o distribuidor ou revendedor.
- b) alcança o distribuidor ou revendedor.
- c) não alcança o comprador - cliente

- d) alcança o comprador – cliente

**QUESTÃO 40**

Marque (V) quando verdadeiro e (F) quando falso, e assinale a alternativa correta.

Os índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias serão apuradas anualmente, na forma e prazo estabelecidos pela Secretaria da Fazenda, para aplicação no exercício seguinte, com observância dos seguintes critérios:

( ) - 80% (oitenta por cento), com base na relação percentual entre o valor adicionado ocorrido em cada município e o valor total do Estado nos 2 (dois) exercícios anteriores ao da apuração;

( ) - 13% (treze por cento), com base na relação percentual entre a população de cada município e a população total do Estado, de acordo com o último recenseamento demográfico geral, realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

( ) - 5% (cinco por cento), com base na relação percentual entre o valor da receita tributária própria de cada município e a soma da receita tributária própria de todos os municípios paulistas;

( ) - 2% (dois por cento), com base no resultado da divisão do valor correspondente a este percentual pelo número de municípios do Estado.

- a) V, F, F, V
- b) F, V, F, V
- c) V, V, V, V
- d) F, F, F, F

**QUESTÃO 41**

Para os efeitos de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada município e no Estado, observados os critérios estabelecidos, a área total considerada como espaço territorial especialmente protegido em cada município será a soma das áreas correspondentes às diferentes unidades de conservação presentes no município, ponderadas pelos seguintes pesos, exceto:

- a) Estações Ecológicas - Peso 1,0 (um);
- b) Reservas Biológicas - Peso 1.0 (um);
- c) Parques Estaduais - peso 1,0 (um);
- d) Zonas de Vida Silvestre em Áreas de Proteção Ambiental (ZVS em APA's) - peso 0,5 (cinco décimos);

**QUESTÃO 42**

O contribuinte enquadrado no regime periódico de apuração, para efeito de apresentação das informações necessárias à apuração do índice de participação dos municípios paulistas no produto de arrecadação do ICMS, deverá preencher mensalmente a ficha denominada:

- a) Informações para o FISCO "C".
- b) Informações para o DIPAM "B"
- c) Informações para o CONFISCO "B"
- d) Informações para o ICMS "C"

**QUESTÃO 43**

Analise as afirmativas e faça a correlação correta  
As Micros Empresas e as Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional deverão adotar para os

registros e controles das operações e prestações por elas realizadas:

- 1 - Livro Caixa.
- 2- Livro Registro de Inventário,
- 3 - Livro Registro de Entradas.
- 4 - Livro Registro dos Serviços Prestados.
- 5 - Livro Registro de Serviços Tomados.

A - no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira e bancária;

B - no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário, quando contribuinte do ICMS;

C - destinado à escrituração dos documentos fiscais relativos às entradas de mercadorias ou bens e às aquisições de serviços de transporte e de comunicação efetuadas a qualquer título pelo estabelecimento, quando contribuinte do ICMS;

D - destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços prestados sujeitos ao ISS, quando contribuinte do ISS;

E - destinado ao registro dos documentos fiscais relativos aos serviços tomados sujeitos ao ISS;

- a) 1-A, 2 -B, 3 -C, 4-D e 5-E
- b) 2-A, 3 -B, 4 -C, 5-D e 1-E
- c) 3-A, 4 -B, 5 -C, 1-D e 2-E
- d) 4-A, 5 -B, 1 -C, 2-D e 3-E

#### **QUESTÃO 44**

Segundo o Art. 22 da lei 1602/01 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal, exceto:

- a) quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo essa incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;
- b) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
- c) quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante
- d) de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

#### **QUESTÃO 45**

No que condiz o Art. 38 da lei 1602/01 - O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- a) impugnação do sujeito ativo
- b) iniciativa de ofício da autoridade administrativa,
- c) petição judicial
- d) normalização pública

#### **QUESTÃO 46**

A moratória somente pode ser concedida por lei:

- a) em caráter social por despacho da autoridade administrativa.
- b) em caráter industrial por despacho da autoridade administrativa.
- c) em caráter individual por despacho da autoridade administrativa.

- d) Em caráter peculiar por despacho da autoridade administrativa.

#### **QUESTÃO 47**

No referido Art. 3. Do decreto 3333/04 Considera-se devidamente escriturado, o livro fiscal cujos lançamentos forem efetuados com estrita observância do disposto nos artigos anteriores. Parágrafo único. Nos meses em que não houver movimento, esse fato deve ser expressamente registrado no:

- a) Livro Fiscal com clareza, em ordem crescente não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 15 (quinze) dias.
- b) Livro Caixa com clareza, em ordem crescente não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 05 (cinco) dias.
- c) Livro de Entrada com clareza, em ordem crescente não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 05 (cinco) dias.
- d) Livro de Serviços Prestados com clareza, em ordem crescente não podendo a escrituração atrasar-se por mais de 05 (cinco) dias.

#### **QUESTÃO 48**

Segundo o Art. 7. Do decreto 3570/07 O Fisco não poderá, a qualquer tempo e a seu critério:

- a) promover o enquadramento de qualquer contribuinte no regime de estimativa;
- b) rever os valores estimados e reajustar as parcelas mensais subsequentes à revisão, mesmo no curso do período considerado;
- c) promover o desenquadramento de qualquer estabelecimento do regime de estimativa.
- d) reclamar da exigência fiscal, independentemente de posterior depósito

#### **QUESTÃO 49**

NO que concerne o Art. 3. Do decreto 3572/07 O contribuinte enquadrado no regime especial de emissão de documentos fiscais, fica dispensado de informar, no corpo do documento fiscal autorizado:

- a) o endereço do tomador de serviços
- b) o CNPJ do tomador de serviços
- c) a moratória do tomador de serviços
- d) a jurisprudência do tomador de serviços

#### **QUESTÃO 50**

Os prestadores de serviços obrigados à emissão de documentos fiscais de prestação de serviços (série "A"), poderão utilizar-se desses documentos, desde que devidamente autorizados pelo:

- a) Fisco Municipal
- b) Ministério Público
- c) Secretaria Fazendária
- d) Administração Municipal